

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PL Nº 2.720, DE 2023

PROJETO DE LEI Nº 2.720, DE 2023

Esta Lei tipifica os crimes de discriminação contra pessoas politicamente expostas e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prescrever os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras nos casos de negativa de abertura ou manutenção de conta.

Autora: Deputada Dani Cunha

Relator: Deputado Claudio Cajado

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.720, de 2023, tipifica crimes discriminatórios contra pessoas politicamente expostas, réus em processos judiciais em curso e condenados sem trânsito em julgado da decisão, e altera a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para fins de prescrever os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras nos casos de negativa de abertura ou manutenção de conta ou de recusa na concessão de crédito.

Na justificativa, com fundamento nos direitos fundamentais da presunção de inocência e da isonomia, a autora, ressaltando seu apoio ao controle exercido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) no que concerne à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, defende o estabelecimento de limites a tal controle, de maneira a não prejudicar a prática de



ações corriqueiras como a abertura e a manutenção de contas em instituições financeiras por pessoas politicamente expostas, réus em processos judiciais em curso e condenados em decisões judiciais sem trânsito em julgado.

Defende, também, a criminalização de atos discriminatórios contra tais pessoas. E completa:

Faz-se premente que as instituições financeiras sejam compelidas a justificar a negativa de abertura ou manutenção de conta, tendo em vista tratar-se, frequentemente, de necessidade irremediável para que o cidadão possa obter seu sustento, posto que se trata de requisito basilar para que possa exercer um emprego regularizado.

Aproveitamos para ressaltar que a discriminação praticada em virtude tão só da posição política ou por se encontrar na situação de parte em processo judicial precisa ser expurgada da nossa sociedade, prestigiando as proteções fundamentais concedidas pela Carta Maior.

A matéria foi distribuída à Comissão de Defesa do Consumidor; à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição disciplina matéria relacionada ao direito penal e à política de crédito, estando, portanto, inserida na competência legislativa privativa da União (art. 22, I e VII, CF), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48, CF). A iniciativa legislativa da parlamentar é legítima, uma vez que não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada a outro Poder (art. 61, CF).

* C D 2 3 1 6 5 8 3 9 7 0 0 *



Obedecidos os requisitos constitucionais formais, observa-se que o projeto também está em conformidade com os demais dispositivos constitucionais de cunho material, assim como com os princípios de direito que regem a matéria, exceção feita à responsabilização criminal objetiva criada pelo § 1º do art. 7º do projeto, a ser extirpada no substitutivo por nós oferecido.

No tocante à juridicidade, a proposição, de uma forma geral, está em harmonia com os princípios gerais do Direito, além de inovar a ordem jurídica.

Quanto à técnica legislativa, o art. 8º do Projeto de Lei propõe uma inadequada alteração no Código de Defesa do Consumidor. Em nosso substitutivo, transferimos seu conteúdo, com aperfeiçoamentos redacionais para a Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Quanto ao mérito, a proposição se mostra relevante, na medida em que busca suprir lacuna existente no nosso arcabouço legislativo.

Com efeito, convém ressaltar que, infelizmente, a discriminação apresenta-se como uma nefasta realidade que tem permeado as diversas esferas da nossa sociedade, gerando prejuízos e inegáveis violações aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

O preconceito, que se origina da prévia criação de conclusões negativas e intolerâncias injustificáveis quanto a certo conjunto de indivíduos, possui significativo potencial lesivo, na medida em que tem o condão de acarretar, em última análise, a violação de direitos humanos.

Destaque-se, nesse contexto, que alguns grupos de pessoas têm sido alvo desse nocivo comportamento, como é o caso das pessoas politicamente expostas; aquelas que estejam respondendo a investigação preliminar, termo circunstanciado, inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa; ou aquelas que figuram na posição de parte ré de processo judicial em curso.

Com relação às pessoas politicamente expostas há que se admitir que se trata de categoria de indivíduos que ocupam ou que ocuparam cargos públicos relevantes, conforme conceituação legal, possuindo posição de destaque no cenário nacional.

* C D 2 3 1 6 5 8 3 9 7 0 0 *



Já no que toca aos demais cidadãos retrodescritos, é imprescindível reconhecer que eles ainda não obtiveram qualquer comando judicial imutável que lhes tenha imputado a responsabilidade pela conduta apurada na via judicial. Dessa forma, a situação jurídica em que se encontram não pode servir de respaldo a qualquer prática intolerante por parte dos demais membros da coletividade.

Ocorre que essas classes de sujeitos têm sofrido grave estigmatização e tratamento diferenciado em virtude das apontadas peculiaridades, gerando, assim, inaceitável violação aos postulados constitucionais da isonomia, da presunção de inocência e da não discriminação constantes em inúmeros instrumentos normativos nacionais e internacionais.

Logo, mostra-se de rigor que esta Casa Legislativa promova as modificações necessárias no ordenamento jurídico pátrio a fim de coibir a perpetuação de condutas discriminatórias, assegurando, com tais medidas, a efetiva salvaguarda dos direitos dessas pessoas.

Dentre essas alterações destacam-se aquelas de natureza penal, que têm por escopo recrudescer o atual tratamento penal dispensado ao transgressor da lei; além de tipificar novas condutas, sancionando com pena privativa de liberdade o agente que atuar de forma preconceituosa contra essas pessoas.

Isso porque, diante da completa ineficiência estatal em reprimir adequadamente essas condutas criminosas, apresenta-se crucial, portanto, a incidência do Direito Penal, retribuindo ao infrator o mal causado e evitando que outras pessoas pratiquem os delitos, sob pena de também serem sancionadas.

Nos termos originais do PL nº 2.720/2023, há uma sugestão de inclusão de novos dispositivos (arts. 41-A a 41-C) à Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, com a finalidade de vedar expressamente, às instituições financeiras, enquanto fornecedores de produtos e serviços, ainda que atuem somente no ambiente virtual, a negativa de abertura ou manutenção de conta nas referidas instituições, a qualquer pessoa física e jurídica, regularmente inscrita na Receita Federal do Brasil, sem a apresentação ao solicitante de documento, virtual ou físico, escrito, contendo motivação idônea para a negativa.

* C D 2 3 1 6 5 8 3 9 7 0 0 *



No entanto, de acordo com a boa técnica legislativa e considerando as disposições da Lei Complementar nº 95/98, compreendemos que a forma mais adequada de se buscar o objetivo pretendido, pelos dispositivos propostos no PL, com a finalidade de estabelecer as vedações às instituições financeiras, é a de inseri-los no âmbito da Lei nº 13.506/17, que dispõe sobre o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Desse modo, fizemos alguns ajustes necessários para adequação à boa técnica legislativa de tais dispositivos, mantendo, entretanto, a essência do que se pretende buscar no projeto de lei. Assim, permanece a ideia central de se vedar que as instituições financeiras possam:

- (i) negar a abertura ou a manutenção de conta nas referidas instituições, a qualquer pessoa física ou jurídica, regularmente inscrita na Receita Federal do Brasil, sem que haja a apresentação ao solicitante de documento escrito, contendo motivação idônea para a negativa;
- (ii) recusar a concessão de crédito ao solicitante, sem que haja a apresentação ao solicitante de documento escrito, contendo motivação técnica idônea e objetiva para a recusa, somente por alegar sua condição de pessoa politicamente exposta ou por figurar como réu de processo judicial em curso ou por ter decisão de condenação sem trânsito em julgado proferida em seu desfavor.

Importante ressaltar que esses documentos, referidos acima, deverão ser assinados por representante legal de instituição financeira e conterão: (a) as razões objetivas de negativa de abertura ou manutenção de conta ou (b) a motivação técnica idônea e objetiva para a recusa na concessão de crédito.

Esses documentos a serem expedidos, portanto, pelas próprias instituições financeiras, sempre com caráter declaratório para os fins a que vierem se destinar, deverão ser entregues ao solicitante em **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação de negativa da abertura de conta ou de recusa de

* C D 2 3 1 6 5 8 3 9 7 0 0 *



solicitação de crédito, sob pena de multa por dia de atraso na razão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Finalmente, no tocante a essas modificações propostas no bojo da Lei nº 13.506/17, cumpre-nos frisar que o recebimento de eventuais denúncias quanto ao descumprimento das medidas, ora propostas, por parte das instituições financeiras, ficará sob a responsabilidade do Banco Central do Brasil, a quem também será incumbida a atribuição de abrir eventuais processos e punir as instituições financeiras infratoras, nos termos do art. 2º e seguintes daquela legislação.

Logo, do cotejo entre a realidade social e os aprimoramentos legislativos almejados, apresenta-se conveniente e oportuna a validação da proposição em análise, na forma constante no substitutivo.

II - CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.720, de 2023.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação orçamentária e financeira da proposição em receitas ou despesas públicas e, no mérito, pela sua aprovação.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.720, de 2023, na forma do substitutivo ora apresentado.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado CLAUDIO CAJADO



2023_xxxx

Relator**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.720, DE 2023**

Tipifica crimes de discriminação contra pessoas politicamente expostas, pessoas que estejam respondendo a investigação preliminar, termo circunstanciado, inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, ou pessoas que figuram na posição de parte ré de processo judicial em curso; bem como inclui novos dispositivos no art. 3º da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para fins de prescrever os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras nos casos de negativa de abertura ou manutenção de conta ou de recusa na concessão de crédito, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º Esta Lei tipifica crimes de discriminação contra pessoas politicamente expostas, pessoas que estejam respondendo a investigação preliminar, termo circunstanciado, inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, ou pessoas que figuram na posição de parte ré de processo judicial em curso; bem como inclui novos dispositivos no art. 3º da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, para fins de prescrever os procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras nos casos de negativa de abertura ou manutenção de conta ou de recusa na concessão de crédito, e dá outras providências.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se pessoas expostas politicamente:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de:

a) Ministro de Estado ou equiparado;

b) Natureza Especial ou equivalente;

c) Presidente, Vice-Presidente e Diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e

d) Direção e Assessoramento Superior - DAS de nível 6 ou equivalente;

III - os membros do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

* C D 2 3 1 6 5 8 3 9 7 0 0 *



V - os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - os Presidentes e Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII - os Governadores, os Vice-Governadores, os Secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os Presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os Presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalentes de Estado e do Distrito Federal;

VIII - os Prefeitos, os Vice-Prefeitos, os Vereadores, os Secretários Municipais, os Presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas de Municípios ou equivalentes.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, também são consideradas pessoas expostas politicamente aquelas que, no exterior, sejam:

I - chefes de estado ou de governo;

II - políticos de escalões superiores;

III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV - oficiais gerais;

V - membros de escalões superiores do poder judiciário;

VI - executivos de escalões superiores de empresas públicas;

VII - dirigentes de partidos políticos.

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei, também são consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

§ 3º Para identificação de pessoas expostas politicamente que se enquadrem no caput ou para confirmação do seu enquadramento em hipótese contemplada em tal dispositivo, deve ser consultado o Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente – CNPEP, disponibilizado pelo portal da



transparência, na forma prevista no art. 12-A da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou outras bases de dados oficiais disponibilizadas pelo Poder Público.

§ 4º Para fins de identificação de pessoas expostas politicamente que se enquadrem nos §§ 1º e 2º ou para confirmação do seu enquadramento em hipótese contemplada em tais dispositivos, deve-se recorrer a fontes abertas e a bases de dados públicas e privadas.

§ 5º A condição de pessoa exposta politicamente perdurará por cinco anos, contados da data em que a pessoa deixou de figurar nas posições referidas por esta Lei.

§ 6º Também são alcançadas pela proteção desta Lei os familiares, os estreitos colaboradores e as pessoas jurídicas das quais participe a pessoa politicamente exposta.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º são considerados familiares os parentes, na linha direta, até o segundo grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

§ 8º Para fins do disposto no § 6º, são considerados estreitos colaboradores:

I - pessoas naturais que são conhecidas por terem sociedade ou propriedade conjunta em pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, que figurem como mandatárias, ainda que por instrumento particular, ou possuam qualquer outro tipo de estreita relação de conhecimento público com uma pessoa exposta politicamente;

II - pessoas naturais que têm o controle de pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, conhecidos por terem sido criados para o benefício de uma pessoa exposta politicamente.

Art. 3º Serão punidos na forma desta Lei os crimes resultantes de discriminação cometidos em razão da condição de pessoa politicamente exposta, ou de pessoa que esteja respondendo a investigação preliminar, termo circunstanciado, inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, ou de pessoa que figure na posição de parte ré de processo judicial em curso.



Art. 4º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, salvo existência de expressa vedação legal nesse sentido:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, em razão da condição de pessoa politicamente exposta, ou de pessoa que esteja respondendo a investigação preliminar, termo circunstanciado, inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, ou de pessoa que figure na posição de parte ré de processo judicial em curso, obstar a promoção funcional.

Art. 5º Negar a celebração ou a manutenção de contrato de abertura de conta corrente, concessão de crédito ou de outro serviço, a qualquer pessoa física ou jurídica, regularmente inscrita na Receita Federal do Brasil, em razão da condição de pessoa politicamente exposta ou de pessoa que esteja respondendo a investigação preliminar, termo circunstanciado, inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, ou de pessoa que figure na posição de parte ré de processo judicial em curso:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 6º O art. 3º da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, passa a vigorar acrescido, em seu § 2º dos seguintes incisos III e IV e dos novos §§:

“Art. 3º

.....

§ 2º

.....

III – negar a abertura ou a manutenção de conta nas referidas instituições, a qualquer pessoa física ou jurídica, regularmente inscrita na Receita Federal do Brasil, sem a apresentação ao solicitante de documento escrito, contendo motivação idônea para a negativa;

IV – recusar a concessão de crédito ao solicitante, sem a apresentação ao solicitante de documento escrito, contendo motivação técnica idônea e objetiva para a recusa, somente por alegar sua condição de pessoa politicamente exposta ou por figurar

* C D 2 3 1 6 5 8 3 9 7 0 0 *



como réu de processo judicial em curso ou por ter decisão de condenação sem trânsito em julgado proferida em seu desfavor.

§ 3º Na hipótese de recusa de apresentação ao solicitante dos documentos exigidos, conforme o caso, na forma dos incisos III e IV do § 2º, o representante legal da instituição financeira responderá por eventuais danos morais e patrimoniais causados, sem prejuízo de responsabilização penal prevista em Lei.

§ 4º Os documentos previstos nos incisos III e IV do §2º deverão ser assinados por representante legal de instituição financeira e conterá as razões objetivas de negativa de abertura ou manutenção de conta ou a motivação técnica idônea e objetiva para a recusa na concessão de crédito, deverá ser entregue ao solicitante em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação de negativa da abertura de conta ou de recusa de solicitação de crédito, sob pena de multa por dia de atraso na razão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 5º Não é considerada motivação técnica idônea, para os fins estabelecidos no § 4º, a negativa exarada somente em razão da condição de pessoa ser politicamente exposta ou que figure na posição de parte ré de processo judicial em curso ou por ter decisão de condenação sem trânsito em julgado proferida em seu desfavor, sob pena de responsabilização penal do representante legal da instituição financeira.

§ 6º O disposto nos incisos III e IV do § 2º também é aplicável às empresas administradoras de quaisquer meios de pagamento, notadamente as administradoras de cartão de crédito.

§ 7º As punições previstas no § 4º acima poderão ser aplicadas cumulativamente com as penalidades constantes do inciso XVII, alínea “f” do caput.” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado CLAUDIO CAJADO
Relator

2023_xxxx



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Claudio Cajado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231658397000>

